



CARTA DE MACEIÓ

1º CONGRESSO INTERNACIONAL E 6º NACIONAL DOS AUDITORES DO TCU

Nós, participantes do 1º Congresso Internacional e 6º Nacional dos Auditores do TCU, reunidos em Maceió, entre os dias 23 e 25 de maio de 2016, considerando a função institucional do Tribunal de Contas da União (TCU) e da União dos Auditores Federais de Controle Externo (AUDITAR) na luta pela valorização e defesa de todos os auditores, ativos e inativos, em todos os níveis, sem distinção de lotação, sexo, crença, raça ou convicção política, proclamamos o seguinte:

- Intensificar os trabalhos voltados ao combate à corrupção e à malversação do patrimônio público, ampliando a cooperação internacional com entidades de outros países, inclusive no âmbito da União Internacional dos Trabalhadores de Organismos de Controle (Uitoc), da qual a AUDITAR é entidade fundadora, desde 2004;
- Reafirmar a importância da parceria interinstitucional entre o TCU e a AUDITAR para o fortalecimento dos trabalhos técnicos desenvolvidos pela Corte de Contas e propor a formalização desta colaboração, por intermédio da celebração de Acordo de Cooperação Técnica entre as instituições;
- Reconhecer a relevância das discussões sobre o futuro do sistema previdenciário brasileiro e manifestar a nossa preocupação com relação a reformas que não respeitem o direito adquirido e reduzam direitos conquistados historicamente pelos servidores públicos;
- Protestar contra qualquer medida que venha a constituir em verdadeiro aparelhamento da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (FUNPRESP-Exe) e demonstrar a nossa preocupação com medidas que visem a enfraquecer o trabalho dos órgãos paritários

componentes de sua estrutura, em especial o Comitê de Assessoramento Técnico do Plano LegisPrev, que alberga, também, os servidores do TCU;

- Declarar a importância do tema da Governança para a condução das políticas públicas brasileiras, em especial para o enfrentamento das dificuldades de crescimento por falta global de planejamento governamental;

- Enfatizar a nossa rejeição a qualquer proposta que tenha por objetivo restringir a atuação do TCU como, por exemplo, a MP 703/2016, e defender que a Corte participe ativamente de todo o processo de celebração dos acordos de leniência previstos na Lei Anticorrupção;

- Salientar a importância das questões envolvendo a promoção da acessibilidade, bem como a relevância do papel do controle externo nessa seara;

- Ressaltar a necessidade de participação dos associados na gestão da entidade, intensificando mecanismos que ampliem a participação de todos na definição das diretrizes de atuação da AUDITAR;

- Reforçar a necessidade de que todos os Auditores Federais de Controle Externo estejam unidos, associados, organizados e mobilizados dentro da AUDITAR, que deve se constituir em verdadeiro fórum democrático de discussões;

- Firmar o compromisso de disseminar todas as experiências obtidas no Congresso dos Auditores com os demais auditores não presentes, associados ou não à AUDITAR, com o objetivo de garantir maior legitimidade aos pleitos debatidos;

- Reafirmar a parceria com as demais entidades que representam todos aqueles agentes que integram o TCU: Sindilegis, ASTCU, Una-TCU, Asap-TCU, Atricon, Audicon e Ampcon;

- Reinstaurar o Prêmio “Alfredo Valadão” de zelo pela coisa pública, nos moldes a serem definidos pela Diretoria da AUDITAR;

- Fortalecer a proposta de independência da atividade de auditoria, incluindo o estudo sobre a proposta de eleição para formação de lista tríplice para designação do Secretário-Geral de Controle Externo;

- Endossar integralmente as conclusões do Grupo de Trabalho constituído pela OS CCG 1/2015;
- Reconhecer a relevância da representação política dos servidores do TCU e dos demais organismos de controle, ampliando a força da categoria na defesa de suas prerrogativas e demandas;
- Ampliar a atuação parlamentar da AUDITAR em relação aos projetos que tramitam no Congresso Nacional sobre temas que interferem no trabalho dos auditores e na atuação do controle externo.
- Reafirmar a necessidade de o Serviço Público ser orientado pela meritocracia e a profissionalização de seus quadros. Enfatizar que a estruturação de nossa carreira preserve a possibilidade de integração e intercâmbio de pessoas entre os diversos eixos de atuação profissional, o aproveitamento das competências desenvolvidas e a união do quadro de Auditores, em sintonia com as mais avançadas práticas de gestão.

Maceió, 25 de maio de 2016.

